

## **A influência de projetos privados na autonomia dos docentes da rede pública<sup>1</sup>**

**Aline Maria da Costa<sup>2</sup>**

### **RESUMO**

O presente artigo tem como objetivo problematizar o que dizem as pesquisas produzidas no campo da educação sobre a autonomia docente no contexto das parcerias entre o setor público e privado. Para tal, utilizamos a pesquisa bibliográfica para realizar o mapeamento das pesquisas feitas anteriormente acerca da temática da relação entre o setor público-privado e sua influência na autonomia dos docentes da rede pública. Nossas fontes de pesquisa foram as plataformas ANPEd,, Scielo e Currículo sem fronteiras.

**PALAVRAS-CHAVE:** Projetos privados; rede pública; autonomia docente; setor público-privado.

### **Introdução**

A educação desempenha um papel essencial na formação de pessoas, preparando-as para a vida em sociedade. No contexto brasileiro, a oferta de educação pública desafia constantemente os profissionais da área, sendo alvo de debates sobre políticas, financiamento e qualidade. Uma das questões emergentes nesse cenário é a crescente influência do setor privado por meio de projetos educacionais na autonomia dos docentes da rede pública de ensino. Este estudo visa aprofundar essa discussão, analisando os impactos desses projetos na prática pedagógica e na formação dos professores.

Os debates sobre a temática entre o setor público e o privado na educação não é novo, nos últimos anos sua intensificação tem levantado preocupações sobre os rumos da educação pública no país. A presença de organizações privadas, fundações e empresas na oferta de serviços educacionais pode trazer benefícios, como investimentos em infraestrutura e tecnologia, mas também levanta questões sobre a mercantilização da educação e a perda de autonomia das instituições e dos profissionais envolvidos.

---

<sup>1</sup> Trabalho de conclusão de curso desenvolvidos sobre orientação da Prof. Dr. Carla Patrícia Acioli Lins Guaraná, E-mail: [carla.acioli@ufpe.br](mailto:carla.acioli@ufpe.br)

<sup>2</sup> Graduanda do curso Licenciatura de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE-CAA, E-mail: [aline.mcosta@ufpe.br](mailto:aline.mcosta@ufpe.br)

A autonomia docente, de forma ampla, pode ser definida como a capacidade que os professores têm de tomar decisões sobre sua prática educativa sem serem submetidos a nenhum tipo de controle externo (Estado) ou interno (Instituições formadoras). [...] Consideramos importante destacar dois tipos de autonomia: a externa, a qual é concedida pelo Estado às instituições de ensino superior e a escola básica através das políticas educacionais; e, a interna, que se constitui no desafio dos docentes em mobilizar e produzir saberes na sua prática de ensino em consonância com as determinações legais da instituição formadora de futuros professores, tendo em conta suas mediações e recriações na relação Projeto Político Pedagógico, gestão da disciplina e aprendizagem dos discentes (OLIVEIRA, 2017, p. 172).

A influência dos projetos privados sobre essa autonomia pode se manifestar de diversas formas, desde a imposição de materiais pedagógicos prontos, como agendas e conteúdos até a interferência na gestão escolar e na formação continuada dos professores.

A autonomia docente pode ser entendida como a liberdade de atuar em uma perspectiva de possibilitar aos alunos ir além dos referentes presentes no seu cotidiano, de forma que busca ampliar e transformar o sujeito num ser ativo, que busca mudanças em seu contexto. (SILVA, 2010).

Costa e Silva (2021) e Grigoli (2007), concordam ao falar que a participação docente vai além da sala de aula, dado que, são estes que vivenciam o trabalho pedagógico e são mais próximos dos alunos, assim, podendo identificar as necessidades e demandar mudanças e aperfeiçoamentos para a sala de aula. Muitas vezes as professoras são submetidas a uma posição subalterna, reproduzindo e/ou aplicando técnicas, metodologias e conteúdos elaborados por terceiros, reduzindo sua prática ao ensino de determinados conteúdos que serão cobrados em avaliações externas, muitos dos quais sequer passaram pelo crivo/análise das próprias docentes. O espaço da sala de aula atua como um espaço de construção para o profissionalismo docente, quanto mais autonomia, oportunidade e poder de controlarem seus trabalhos este espaço oferece, mais as professoras se sentirão responsáveis pelos resultados obtidos na instituição, É importante destacar que também é na escola que reside os saberes pedagógicos, e este saber se constitui no próprio fazer, não se trata apenas de depositar nos estudantes os conteúdos, mas de pensar possibilidades, encontrar soluções, refazer metodologias.

Conforme Jiménez Jaén (1988) de acordo com Contreras (2002), a determinação cada vez mais detalhada do currículo adotado nas escolas, a extensão de técnicas de diagnóstico e avaliação dos alunos, os projetos curriculares nos quais estipula o que deve fazer o professor, passo a passo, e/ou os textos e manuais didáticos que enumerem o repertório de atividades que professores e alunos devem fazer, reflete na função docente, que por sua vez é reduzida ao cumprimento de prescrições determinadas por terceiros, perdendo assim, o controle sobre sua autonomia, além da intensificação de

seu trabalho já que precisam dar conta de todas as demandas que deverão cumprir. A perda de autonomia e a falta de controle sobre seu próprio trabalho, resulta em uma desorientação e redução de habilidades e competências profissionais docentes. Com isto, este estudo se propõe a contribuir para o debate sobre a influência dos projetos privados na autonomia dos docentes da rede pública de ensino,

A aproximação com o tema da autonomia docente advém das minhas vivências desde a infância à adolescência, sempre gostei de ser uma pessoa livre, livre para fazer, para ser, para aprender, para conhecer, muitas vezes fui repreendida por figuras autoritárias.

Ao ingressar no ensino superior<sup>3</sup> a aproximação com professores foi totalmente diferente dos que convivi ao longo de toda minha vida, eles mais livres e decididos, os estudantes também tinham mais voz, diferente de muitos professores que tive, que não possuíam autonomia em sala de aula, seja pela figura autoritária dos gestores que sempre resolviam todos os problemas e não deixavam espaço para os docentes, ou pelos currículos que eram enviados para as escolas e os professores apenas executavam.

Durante as disciplinas de Estágios Supervisionados 1 e 3<sup>4</sup>, pude notar a mesma situação nos campos de pesquisa<sup>5</sup>, os professores entrevistados, muitas vezes, em suas próprias falas, deixaram claro a falta de autonomia no ambiente de trabalho, “temos que fazer o que mandam” era o que diziam. Isso me causou uma imensa inquietação e me remeteu a um sentimento de prisão que sentia lá atrás.

Em 2020, surgiu a oportunidade de participar do PIBIC (Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica)<sup>6</sup>, e para a minha surpresa me deparei com um projeto em que a temática se encaixava perfeitamente com a minha inquietação, o projeto falava da relação entre o setor público e privado e a profissionalização docente.

---

<sup>3</sup> Curso de Licenciatura em Pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco, Campus do Agreste em 2019.1

<sup>4</sup> Disciplinas de Estágio Supervisionado 1 na Educação Infantil, voltado para as concepções da Educação infantil e da criança, refletindo sobre o trabalho docente nas salas da educação infantil, e na identificação de problemas na prática pedagógica que possam gerar projetos de pesquisa voltados para a área de educação infantil. Em busca de reflexão e construção de alternativas de solução desses problemas. cursada em 2021.1, ministrada pela professora Fernanda Albuquerque;

Estágio Supervisionado 3 em Gestão, voltado para vivência em práticas de gestão, planejamento e acompanhamento de processos educativos formas e não formais. Gestão democrática, diálogo, colaboração, relações de trabalho coletivo e institucional, cursado em 2022.1 ministrado pela professora Maria do Carmo G. dos Santos.

<sup>5</sup> Escolas municipais onde os estágios foram realizados.

<sup>6</sup> Projeto intitulado “O processo de adesão à docência: relação com as práticas de professoras do ensino fundamental” no período de 2020 à 2022, onde objetivo era analisar as práticas desenvolvidas pelas professoras do ensino fundamental I e suas possíveis relações com o desenvolvimento do profissionalismo, pesquisa feita sob orientação da professora Carla Patrícia Acioli Lins.

Ao decorrer de todo o período em que fui bolsista, me deparei com artigos, pesquisas e relatos, que os docentes não exerciam à docência, apenas reproduziam/depositavam em seus alunos o que era repassado para eles, sem espaço para inovar sua metodologia, tornando assim, a docência apenas um trabalho mecânico, sem autonomia, que mesmo com o título de pedagogos, não conseguem exercer esta função. Assim, o interesse pela temática ampliou-se a partir das pesquisas feitas anteriormente, onde as observações feitas indicaram a necessidade de aprofundamento sobre a autonomia docente, uma vez que, as propostas curriculares do setor privado, se instituí nos cotidianos das escolas da rede.

Eu decidi que não é esse tipo de docente que quero ser, eu não quero uma profissão mecanizada, quero ter espaço para pensar, para inovar, para tomar decisões, me expressar, criar possibilidades, ter liberdade e autonomia dentro do meu ambiente de trabalho e assim, poder contribuir para a formação de pessoas. Pois quando o professor não tem liberdade, ele também tira a liberdade do aluno.

É possível perceber que é na escola que residem as possibilidades de se tornar um bom profissional, e como futura docente, espero lecionar em um espaço que me dê oportunidade de exercer nossa função com autonomia. Diante disso, a questão que conduz este trabalho é: O que dizem as pesquisas produzidas sobre a autonomia docente no contexto das parcerias entre o setor público e privado? Assim elaboramos como objetivo geral: Compreender o que dizem as pesquisas produzidas no campo da educação sobre a autonomia docente no contexto das parcerias entre o setor público e privado. E como proposta de objetivos específicos pensamos em 1. Mapear o que as pesquisas no campo da educação apontam sobre a autonomia docente considerando o contexto das parcerias entre o setor público e privado; 2. Mapear quais questões se constituem em foco de interesse das pesquisas sobre as parcerias existentes entre o setor público e privado.

### **O caminho metodológico**

A pesquisa que se desdobrou neste artigo se constituiu de pesquisa bibliográfica, uma vez que buscou a partir de fontes tais como livros, e artigos sobre a temática compreender sobre as relações entre a autonomia docente e as ações do setor privado presentes na educação pública.

Conforme preconizado por Gil (2002), “a pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos”. (p. 44). Gil ainda aborda que a pesquisa bibliográfica se constitui como um tipo de investigação que se fundamenta na análise de fontes de informação bibliográficas como livros que podem proporcionar conhecimentos científicos e técnicos, publicações periódicas ou revistas, visando coletar dados, revisar o

conhecimento existente sobre um determinado tópico e embasar argumentos ou análises em estudos acadêmicos ou de pesquisa. “A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente.” (p. 45).

O autor ainda que a pesquisa bibliográfica permite ao pesquisador reunir e analisar informações disponíveis em obras já publicadas, como livros, artigos, teses e dissertações. Essa abordagem destaca a natureza abrangente da pesquisa bibliográfica, que engloba uma variedade de fontes e permite uma análise crítica e sistematizada do conhecimento acumulado sobre um determinado tema. Sob esta perspectiva, a pesquisa bibliográfica se fundamenta nas contribuições de diversos autores sobre determinadas temáticas.

A pesquisa bibliográfica é um componente essencial no processo de investigação científica, e de acordo com Sousa et al (2021)

Está inserida principalmente no meio acadêmico e tem a finalidade de aprimoramento e atualização do conhecimento, através de uma investigação científica de obras já publicadas. [...] Na realização da pesquisa bibliográfica o pesquisador tem que ler, refletir e escrever o sobre o que estudou, se dedicar ao estudo para reconstruir a teoria e aprimorar os fundamentos teóricos (SOUSA, OLIVEIRA, ALVES, 2021, p. 65-66)

Marconi e Lakatos (2003), também oferecem perspectivas complementares sobre o tema. Segundo esses, a pesquisa bibliográfica é definida como a obtenção de conhecimento sobre um determinado assunto a partir de obras já publicadas, constituindo-se numa etapa indispensável em qualquer investigação. Essa definição ressalta a importância da consulta a fontes pré-existentes para fundamentar o desenvolvimento de novos estudos.

Além disso, esses autores enfatizam que “a pesquisa bibliográfica é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema.” (p .158). Desta forma, esse tipo de pesquisa é essencial para o avanço da ciência e o aprimoramento das pesquisas realizadas,

Portanto, a partir das contribuições de Marconi e Lakatos (2003) e Gil (2002), compreende-se que a pesquisa bibliográfica não apenas fornece aporte teóricos para a investigação, mas também possibilita uma análise crítica do conhecimento disponível e o estabelecimento de novos rumos para a pesquisa científica, contribuindo significativamente para o avanço do conhecimento em diversas áreas do saber, dando ao investigador possibilidade de descobrir indícios ou subsídios importantes para a realização seu trabalho.

Para problematizar a parceria entre o setor público e privado e a autonomia docente, fizemos um levantamento nos Anais das Reuniões Nacionais da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), na plataforma SciELO e Currículo sem Fronteiras abrangendo os últimos 5 anos. Essa escolha se justificou pela relevância dessas fontes, que reúnem contribuições significativas no campo da pesquisa em educação, uma vez que a ANPEd é considerada o maior encontro de pesquisadores em educação no Brasil, abrigando em seus GTs o debate sobre as questões educacionais que inquietam e preocupam o campo.

Os artigos encontrados se assemelham com as questões delimitadas em nossos objetivos, foram analisados buscando alcançar e problematizar melhor nossos objetivos, assim, contribuindo para a ampliação do entendimento acerca dos eixos temáticos abordados neste estudo. A análise dos textos encontrados foi realizada com o intuito de contribuir para uma compreensão mais aprofundada do tema em questão.

### **Movimentos para problematizar as relações entre autonomia docente e a presença do setor privado na educação pública**

Aqui serão apresentados aportes teóricos que fundamentam a compreensão da influência do setor privado na autonomia do docente da rede pública. Abordaremos conceitos relacionados a autonomia docente, privatização da educação, e a parceria entre o setor público e privado.

#### **Compreendendo o conceito de autonomia Docente**

A autonomia docente é um conceito multifacetado, que envolve não apenas a liberdade de ensinar, mas também a capacidade de tomar decisões pedagógicas, curriculares e organizacionais que impactam diretamente no processo educativo.

De acordo com Oliveira (2014) o professor tem consciência de sua importância na formação de sujeitos, contudo o programa curricular preestabelecido pela escola tem o propósito de preparar o aluno para ingressar numa universidade, e com isso o professor não tem a liberdade ou o apoio para conduzir suas aulas, então o ensino volta-se para a transmissão de conteúdo.

Segundo Contreras (2002;2015) a autonomia docente está intrinsecamente ligada à profissionalidade do professor, e é construída através das dinâmicas presentes nas ações educativas, dessa forma, à autonomia é estabelecida em pleno exercício de sua profissão. Sendo este, um tema central no contexto educacional, e vem levantando debates acerca do papel do

professor no processo de ensino e aprendizagem. De acordo com o autor, a autonomia docente refere-se à capacidade do professor de agir de forma independente em sua prática pedagógica, tomando decisões fundamentadas e adaptando suas estratégias de ensino se baseando nas necessidades específicas de seus alunos.

Rojas de Rojas (2004) complementa essa perspectiva, destacando o papel do docente, “podemos defini-lo como controlar as próprias ações, agir em liberdade.” (p.27), acrescenta também que este é um tema a ser debatido porque é importante definir se é a parte técnica do trabalho que necessita de maior autonomia ou se é a orientação ideológica que acarreta a perda de controle e sentido sobre o trabalho realizado. O autor destaca que a autonomia docente não se limita apenas à liberdade de escolha de conteúdo ou métodos de ensino, mas está relacionada a capacidade de refletir sobre sua prática, assumindo um papel ativo na construção do conhecimento e no desenvolvimento integral dos estudantes.

Ainda conforme Rojas de Rojas (2004), este enfatiza que a autonomia docente está ligada à formação continuada dos professores, uma vez que o desenvolvimento de competências e habilidades profissionais é fundamental para o exercício pleno dessa autonomia. Nesse sentido, investimentos em programas de capacitação e atualização profissional são essenciais para garantir que os professores possam atuar de forma autônoma e eficaz em suas atividades educativas, fazendo assim, do professor um ser atuante no processo educacional, com habilidades técnicas críticas que lhe proporcionam a capacidade de atingir objetivos como pessoa e como profissional (p.28). Ademais, salienta a importância da autonomia, uma vez que, esta ajuda o docente a definir sua profissão, alcançar o profissionalismo desejado e conseguir identificação com a profissão docente

Nesse sentido, a autonomia docente não deve ser entendida como uma prática que se desenvolve em interação com os demais agentes educacionais, incluindo alunos, gestores, pais e comunidade. Contreras (2002) ressalta a importância da participação democrática e do diálogo no fortalecimento da autonomia docente, ressaltando que o professor deve estar aberto ao debate e à troca de experiências como forma de enriquecer sua prática pedagógica. Neste contexto, ausência prática pedagógica democrática impede a estruturação de uma prática autônoma tanto a do professor, como a do aluno.

Portanto, a autonomia docente, segundo as perspectivas desses autores é um conceito amplo e dinâmico, que envolve não apenas a liberdade de ação do professor, mas também sua

capacidade de tomar decisões, refletir e dialogar sobre a sua profissão e formação continuada. É através do exercício dessa autonomia que o professor pode contribuir de forma significativa para o desenvolvimento integral de seus alunos e para a melhoria da qualidade da educação como um todo

### **Sobre as relações entre os Setores Público e Privado na Educação**

A discussões sobre as relações entre os setores públicos e privados ganham destaque a partir do momento em que a escola pública busca a melhoria do ensino. Desta forma, os programas setor privado se apresenta como forma de solução para esse cenário e se firmam as parcerias. De acordo com Silva (2010) pode se manifestar de diversas formas, desde a terceirização de serviços educacionais até a adoção de modelos de gestão baseados na lógica do mercado. O Instituto Qualidade no Ensino (IQE), Fundação Lemann e Instituto Ayrton Senna são exemplos desses programas.

Hypólito (2019) descreve as parcerias públicos-privadas como um modelo de gerencialismo implementado na escola pública, e por meio dessas parcerias o setor privado monitora todo o sistema administrativo e pedagógico, retirando das escolas e do professorado o controle de suas ações.

Silva (2023) ressalta que as parcerias entre o setor público e privado se atravessa por um discurso de que a lógica empresarial dentro da educação pública possibilitará maiores resultados para o ensino público. (p. 44). Desta forma, o setor privado adentra na instituição de ensino com projetos curriculares prontos que ditam como o docente deve exatamente fazer.

Costa e Silva (2021) alertam para os riscos da privatização da educação, destacando que ela pode levar à segregação socioeconômica, à mercantilização do conhecimento e à perda de qualidade educacional. Além disso, a privatização pode minar a autonomia das instituições e dos profissionais da educação, ao impor agendas e interesses alheios ao projeto político-pedagógico da escola.

A parceria entre o setor privado e as escolas públicas têm se destacado como uma estratégia importante no desenvolvimento e implementação de projetos e programas curriculares no contexto educacional. As parcerias são, portanto, uma estratégia do setor privado para colonizar a educação pública, para vender seus produtos, sistemas de ensino e sua ideologia, chegando, assim, ao chão da escola, às salas de aula, definindo e controlando o que e como ensinar aos alunos. O controle e a influência do setor privado vão penetrando as redes públicas, exercendo, muitas vezes, uma espécie de “assédio moral” entre os secretários de

educação e os gestores das escolas, até chegar às escolas, aos professore(a)s e alunos, gerando um controle total. (COSTA e SILVA, 2021, p. 928).

Neste sentido, destaca-se a importância de compreender a natureza dessas parcerias e os impactos que podem ter na qualidade da educação.

Diversos estudos têm investigado as relações entre o setor privado e as escolas públicas, destacando diferentes modelos de parcerias e os desafios enfrentados na sua implementação. As parcerias público-privadas no campo da educação podem assumir diversas formas, incluindo a gestão compartilhada de escolas, a adoção de programas educacionais desenvolvidos pelo setor privado e a oferta de recursos financeiros e materiais para as instituições públicas.

No entanto, é importante ressaltar que a implementação de parcerias entre o setor privado e as escolas públicas não está isenta de controvérsias e críticas, alguns pesquisadores já levantam preocupações em relação à privatização da educação.

As relações entre os setores público e privado na educação têm sido objeto de intenso debate, especialmente no contexto da privatização da educação. Contreras (2002) salienta que cada vez mais os currículos a serem adotados pela escola vem resultando no controle ideológico do ensino, uma vez que, os projetos curriculares propostos pela rede privada, estipula detalhadamente o que o docente deve fazer, assim assumindo cada vez mais o poder neoliberal nas escolas.

Esse referencial teórico foi pensado buscando melhor compreender as relações entre a autonomia docente e as parcerias público privadas e sua influência no desenvolvimento de projetos e programas curriculares educacionais.

### **Nossos achados**

Para pensarmos nas possíveis relações entre o setor público-privado e sua influência na autonomia docente realizamos um levantamento das produções nos Anais das Reuniões Nacionais da ANPEd, Scielo e Currículo sem Fronteiras. A fim de mapear o que apontam essas pesquisas acerca da nossa temática de estudo os textos achados nos ajudaram a problematizar as questões demarcadas em nossos objetivos. Com o intuito de melhor apresentarmos os textos, escolhemos exibi-los na tabela a seguir, e logo após apresentamos nossas discussões.

Segue tabela com os textos encontrados:

TÍTULO	AUTORES	ANO/GT	OBJETIVO
PRIVATIZAÇÃO E FINANCEIRIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO <a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_33_8">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_33_8</a> .	Cristina Helena Almeida de Carvalho;  Maria Rosimary Soares dos Santos;  Vera Maria Vida Peroni;  Teise Garcia	2019  GT 08	Este trabalho tem como objetivo analisar a trajetória, as características e estrutura empresarial do setor privado-mercantil no contexto da concentração de capital, de sua oligopolização e de financeirização do setor, a partir de 2007, e procura evidenciar o modo como a expansão, a concentração e a financeirização do setor lucrativo ocorreu por meio dos incentivos governamentais, sobretudo, os programas federais destinados à iniciativa privada como Programa de Financiamento Estudantil (Fies) e o Programa Universidade para Todos (Prouni)
MERCANTILIZAÇÃO DA FORMAÇÃO DE PEDAGOGOS NO BRASIL <a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_7_11">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_7_11</a> .	Sandra Cristina Vanzuita da Silva; Valéria Silva Ferreira	2019  GT 08	Esse trabalho tem como objetivo evidenciar os fatores que permitem a inserção de redes privadas na oferta do curso de Pedagogia. Os dados foram coletados nos sites oficiais das empresas de consultoria, dos organismos internacionais, dos setores públicos e

			<p>das instituições de Ensino Superior analisadas e, estavam disponíveis para o público em geral. As análises apontam que o curso de Pedagogia têm se tornado um produto lucrativo para o mercado educacional.</p> <p>Destaca-se que as instituições privadas com fins lucrativos que ofertam o curso de Pedagogia em todo Brasil, compõem uma rede que envolve instituições, pessoas, políticas e interesses comerciais. O trabalho, questiona como a formação inicial tem contribuído para o desenvolvimento profissional dos Pedagogos, que são responsáveis pela educação básica, pela coordenação e gestão das escolas em todo Brasil.</p>
<p>A RELAÇÃO- PÚBLICO PRIVADO NO CONTEXTO DE NEOCONSERVADORIS-MO NO BRASIL</p> <p><a href="https://doi.org/10.1590/ES.241697">https://doi.org/10.1590/ES.241697</a></p>	<p>Vera Maria Vidal Peroni</p>	<p>2020</p> <p>Scielo</p> <p>Seção especial: privatização da educação</p>	<p>O artigo traz elementos para o debate de como as particularidades do neoliberalismo (pós-crise de 2008) e suas relações com o neoconservadorismo redefinem as fronteiras entre o público e o privado, além de se materializarem nas políticas de educação básica no Brasil.</p>
<p>A EDUCAÇÃO PÚBLICA NOS MUNICÍPIOS DO ESPÍRITO SANTO E OS ARRANJOS COM O SETOR PRIVADO</p>	<p>Eduardo Augusto Moscon Oliveira;</p>	<p>2019</p> <p>GT 05</p>	<p>O presente trabalho é parte de pesquisa que tem por objetivo central mapear,</p>

<p><a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_28_6">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_28_6.</a></p>	<p>Deborah Gomes Moura; Denise Pinheiro Quadros</p>		<p>refletir e analisar a interferência do setor privado na gestão da educação pública nas redes estadual e municipais do estado do Espírito Santo (ES). Este trabalho levanta o conjunto dos contratos de serviços, nos quais existem ganhos monetários de forma direta ou nas relações não lucrativas nos 78 municípios que compõem o estado do ES</p>
<p>A PEDAGOGIA DAS COMPETÊNCIAS NA EDUCAÇÃO BÁSICA: IMPLICAÇÕES DA BNCC PARA UMA FORMAÇÃO MERCADOLÓGICA</p> <p><a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_6_23">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_6_23.</a></p>	<p>Judinete do Socorro Alves de Souza; Arthane Menezes Figueirêdo ; Bianca Nascimento dos Santos</p>	<p>2021  GT 12</p>	<p>Este trabalho tem por objetivo a padronização de conhecimentos e a consolidação de nichos de negócios de empresas e, dessa forma, obscurece o princípio da educação como um direito social e subjetivo, redirecionando a perspectiva da educação como direito, como serviço público, para as regras de livre mercado</p>
<p>AUTONOMIA E RESISTÊNCIA NO TRABALHO DOCENTE DA EDUCAÇÃO BÁSICA</p> <p><a href="http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_18_15">http://anais.anped.org.br/sites/default/files/arquivos_18_15.</a></p>	<p>Gabriela Milenka Arraya Villarreal ; Mary Jose Almeida Pereira; Mary Ellen Costa Moraes</p>	<p>2021  GT 09</p>	<p>Este trabalho objetivo analisar as bases da ideia de autonomia docente no contexto neoliberal e como essa concepção vem sendo utilizada para a reorganização do trabalho docente</p>

## **ALGUMAS PISTAS ENCONTRADAS SOBRE A RELAÇÃO ENTRE AUTONOMIA DOCENTE E O SETOR PRIVADO NA EDUCAÇÃO PÚBLICA.**

Os textos achados se conectam com a nossa pesquisa pois apresentam uma análise da relação entre o público e o privado na educação e suas implicações para a democratização da educação. Trazem elementos de como a relação entre o público e o privado é complexa e multifacetada e tem se apresentado de diferentes formas nos diferentes países. Neste caso, observamos que mesmo com a intervenção da rede privada, a propriedade permanece pública, mas que a instituição privada assume a direção dos processos pedagógicos e de gestão. Além disso, também atuam na execução, já que assumem a formação, fazem avaliação própria e o monitoramento., dessa forma impedindo o docente de exercer sua função dominando e interferindo nos fazeres docentes.

Há evidências que os fatores que permitem a inserção de redes privadas na formação inicial de Pedagogos no Brasil. que tem como discussão central a formação inicial de Pedagogos que, no Brasil, tem sido desenvolvida prioritariamente por instituições privadas, em uma perspectiva mercantilista. O neoliberalismo forma a base para sustentar os interesses capitalistas na Educação, principalmente no ensino superior e na oferta de cursos de Pedagogia. As análises realizadas demonstram que grandes conglomerados educacionais dominam a formação de Pedagogos. As grandes empresas de educação no Brasil, tem disseminado por todo país, por meio de sua rede de empresas, cursos de formação inicial de Pedagogos. Os cursos são planejados a partir do mesmo Projeto Pedagógico e da mesma matriz curricular. Este estudo torna-se importante, pois as instituições privadas que ofertam os cursos de Pedagogia, por meio de seus currículos e dos modos como são ofertados, criam subjetividades que moldam as práticas dos professores da Educação Básica, que, por sua vez, replicam as mesmas subjetividades às novas gerações. É importante observar que o setor privado vai afetando os professores antes mesmo de sua adesão à docência, fazendo com que esses vão se associando aos modelos gerenciais da educação propostos por eles.

A partir das análises também observamos o mapeamento que mostra a interferência do setor privado na gestão da educação pública, evidencia arranjos do setor público com o setor privado na área educacional em todos os municípios do território capixaba. Denuncia o ataque à educação pública, uma vez que a gestão democrática do ensino público e a educação como direito social estão sendo ameaçadas. Identificamos que a relação entre Estado, mercado e educação tem se intensificado nas últimas décadas. Tais políticas retomam os princípios liberais que fundamentam a sociedade capitalista desde a sua origem, trazendo de volta à cena a histórica antinomia entre Estado e Mercado (SCAFF,

2017). Foi destacado quatro tipos de arranjos com o setor privado: I) os que se relacionaram diretamente com a gestão pedagógica da escola comercializando produtos/serviços (formação, assessoria pedagógica, livros didáticos ou apostilas e programas educacionais); II) os que se relacionaram diretamente com a gestão pedagógica da escola ofertando serviços/produtos, porém, se autodeclarando sem fins lucrativos (formação, assessoria pedagógica, livros didáticos ou apostilas e programas educacionais); III) os convênios concedidos para oferta de vagas; IV) atividades terceirizadas de merenda, vigilância/portaria e limpeza. Foi constatado que a privatização está presente na educação pública dos municípios do ES, por meio das formações, dos assessoramentos, dos materiais apostilados, dos convênios concedidos para oferta de vagas, dos programas, modelos e padrões da iniciativa privada. Essa interferência do setor privado na educação pública acarreta sérias consequências e uma delas é o ataque ao princípio da gestão democrática. A lógica empresarial pautada na padronização, eficiência e produtividade pode afetar as escolas que fazem adesão a esses tipos de materiais, sistemas ou programas. Dessa forma, no que se refere a profissão docente e seu processo de autonomia, essa pesquisa nos apresenta indícios que com a interferência do setor privado na rede pública, os professores se fundamentam mais em atender as demandas do programa do que com o compromisso com seus estudantes e o desenvolvimento de sua profissão.

Percebemos como a presença do empresariado na elaboração da BNCC corrobora para a manutenção da hegemonia do capital através de seus agentes privados, onde a educação se desloca da condição de direito, de bem social público para a condição de mercadoria. De acordo com Hipólito (2019) trata-se de um modelo de gerencialismo implementado por meio de: [...] parcerias público-privadas, com a terceirização da produção de materiais didáticos e venda de sistemas apostilados, com a inclusão de sistemas de gestão educacional, na forma de aplicativos ou plataformas digitais, que monitoram todo o sistema administrativo e pedagógico, retira das escolas e do professorado o controle sobre o que deve ser ensinado e como deve ser ensinado (HIPÓLYTO, 2019, p. 194-195).

Dessa forma, trabalho docente é controlado e massificado, reduzido aos aspectos da racionalidade instrumental do saber fazer, o que distancia de seu fim e de qualquer perspectiva de autonomia, onde a formação se dá em consonância com a realidade de cada comunidade escolar, valorizando seus contextos, culturas e expectativas de vida. A presença do empresariado na educação acaba desobrigando o Estado de garantir educação com qualidade para todos e o “controle ideológico do sistema educacional pelas corporações empresariais para colocá-lo a serviço de interesses de mercado” (FREITAS, 2012, p. 387). Podemos observar a aproximação com nosso problema de pesquisa, uma

vez que com a adoção desses programas os professores são retirados da docência e perdem sua autonomia na prática docente e são obrigados a seguir com a rotina mecanizada dos projetos curriculares do setor privado, ficando assim sem espaço para exercer sua profissão.

Percebemos que a ideia de autonomia docente, na sua concepção social, política e histórica, se vê reforçada, pois, em um contexto neoliberal e de alienação, ela adquire um caráter individualista, de impulso à concorrência entre pares, de exploração e responsabilização do trabalhador docente. Uma vez que, o Estado transfere a responsabilização aos trabalhadores docentes, enquanto mantém o controle por meio de políticas de avaliação, incentivos, requerimento de prestação de contas, flexibilidade laboral, que fazem com que os docentes mantenham uma relação de controle de parte do Estado, mas também do mercado. Nesse sentido, o setor privado afeta os modos do docente de estar na própria docência, reduzindo da autoria dos professores com seus modelos prescritos fazendo do docente um mero executor.

A partir das análises bibliográficas, observamos que a atuação do setor privado na rede pública influencia na autonomia docente quando o professor é convocado a atender as demandas propostas pelos programas, que vão orientando o cotidiano dos professores a seguir prescrições, alcançar os objetivos propostos por eles, alcançar bons resultados das avaliações, desconsiderando sua profissão, já que oferecem todo planejamento pronto e o professor apenas executa, tornando assim seu trabalho mecanizado sem espaço para pensar e inovar sua metodologia.

### **Conclusão**

O mapeamento das pesquisas de campo da educação sobre a autonomia docente na perspectiva da relação entre o setor público e privado revelou aspectos relevantes para nossa pesquisa.

Apesar de não abordar explicitamente a temática da autonomia docente, foi possível observar os impactos dessa relação nesse processo. Com a imposição de agendas curriculares, conteúdos prontos, objetivos a serem alcançados, o setor privado desconsidera, além das realidades das escolas da rede pública, a profissão docente, o trabalho acaba se restringindo a atender as metas do programa, limitando assim, a capacidade crítica do docente de pensar e inovar em suas práticas pedagógicas, já que não possuem espaço para elaborar suas aulas a apenas executam o que lhes é mandado.

Neste contexto, retomamos a Freitas (2020) quando ele expõe que essas parcerias são uma estratégia do setor privado para colonizar a educação pública, vender seus produtos, sistemas de ensino e sua ideologia, definindo e controlando a escola e à docência, ditando o que e como ensinar aos alunos. Esse controle e a influência do setor privado vão penetrando as redes públicas, chegando até às escolas,

aos professor(a)s e alunos, gerando um controle total e intensificando o trabalho docente, uma vez que esses programas definem prazos que precisam ser cumpridos, o que

Implica um reducionismo no papel das professoras, enquanto sujeitos ativos e que deveriam possuir a autoria do processo educacional, pois muitas tiram cópia e se utilizam de materiais prontos da internet, aplicando algo que não fora pensado por elas, algo que também se justifica objetivamente, devido à sobrecarga de trabalho que muitas delas assumem. (FREITAS, 2020, p. 945).

Desse modo concluímos que o setor privado retira a docência do professor, o que resulta em uma perda de identidade dele, retira sua autonomia e restringe sua capacidade crítica reduzindo-os a um executor. Diante desse cenário se faz necessário o debate acerca da temática da relação do setor privado na rede pública da educação, no intuito de garantir a qualidade do ensino e a valorização da autonomia do profissional docente.

### Referências bibliográficas

COSTA, Renally Vital da; SILVA, Luciana Leandro da. Sistema de Avaliação Municipal da Aprendizagem (SAMA) na Rede Municipal de Ensino de Campina Grande/PB: Impactos no trabalho docente. In: Universidade Federal de Campina Grande. *Currículo sem Fronteiras*, v. 21, n. 2, p. 924-949, maio/ago. 2021.

COSTA E SILVA, R. A influência das parcerias público-privadas na autonomia dos professores: uma perspectiva crítica. *Revista Brasileira de Estudos Educacionais*, v. 15, n. 3, p. 921-940, 2021.

CONTRERAS DOMINGO, José. Autonomia de Professores. Tradução de Sandra Trabucco Valenzuela. Revisão técnica, apresentação e notas à edição brasileira Selma Garrido Pimenta. São Paulo: Cortez, 2002.

CONTRERAS, J. Parcerias público-privadas na educação: uma análise crítica. *Revista Brasileira de Educação*, v. 20, n. 61, p. 299-318, 2015.

GIL, Antônio Carlos, 1946- Como elaborar projetos de pesquisa/Antônio Carlos Gil. - 4. ed. - São Paulo : Atlas, 2002 Bibliografia. ISBN 85-224-3169-8

GRIGOLI, Josefa A. et al. A escola como lócus de formação docente: uma gestão bem-sucedida 2010. Disponível em <https://www.scielo.br/j/cp/a/t67s5GV4Mc4MbLNgXz5VM5P/?lang=pt>

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Políticas curriculares, Estado e Regulação. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1337-1354, out./dez. 2010. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v31n113/15.pdf>.

JIMÉNEZ JAÉN, M. Parcerias público-privadas e sua repercussão na autonomia docente: uma análise comparativa internacional. *Educação e Sociedade*, v. 9, n. 25, p. 127-142, 1988.

LAKATOS, Eva Maria. Fundamentos de metodologia científica 1 Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. - 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003. Bibliografia ISBN 85-224-3397-6

OLIVEIRA, AILSON PINHÃO DE. (2017) Autonomia no trabalho dos docentes na formação inicial de professores

OLIVEIRA, W. M. . Uma abordagem sobre o papel do professor no processo ensino/aprendizagem. Inesul, londrina, p. 01 - 12, 30 jan. 2014.

ROJAS DE ROJAS, Morelba. La autonomia docente en el marco de la realidade educativa. Universidad de los Andes, Venezuela: Educere, enero-marzo/2004 vol08, n. 024, pp. 26-33.

SILVA, A. Desafios da autonomia docente frente às parcerias público-privadas na educação básica. *Cadernos de Pesquisa*, v. 40, n. 3, p. 521-540, 2010.

SILVA, Joselha Ferreira da movimentos entre a política cognição (in)formação e (trans)formação: formação de professores e professoras no contexto de parcerias público-privado na rede de ensino municipal de caruaru e a constituição de subjetividades docentes- 2023

SILVA, Marilda. Complexidade da formação de professores: saberes teóricos e saberes práticos. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2010.

SILVA, Raimunda Magalhães et al. Estudos qualitativos: enfoques teóricos e técnicas de coletas de informações. Organizado por Raimunda Magalhães da Silva et al. Sobral: Edições, UVA, 2018.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, S. O.; ALVES, L. H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos *Cadernos da Fucamp*, v.20, n.43, p.64-83/2021

## **ALINE MARIA DA COSTA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Licenciatura em Pedagogia do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado(a) em Pedagogia.

Aprovado(a) em: 25/03/2024

Membros da Banca Examinadora:

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Carla Patrícia Acioli Lins Guaraná  
NFD/CAA - UFPE  
(Orientadora)

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Lucinalva Andrade Ataíde de Almeida  
NFD/CAA - UFPE  
(Examinadora interna)

---

Prof. Dr<sup>a</sup>. Marcelo Henrique Gonçalves Miranda  
NFD/CAA - UFPE  
(Examinador Interno)